adufpel
SSIND. DO ANDES-SN

VOZ DOCENTE

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

JORNAL DA ADUFPeL . SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN . PELOTAS . EDIÇÃO 07/2019

NÃO AO FUTURE-SE

o projeto pretende **acabar** com a **educação** superior pública e gratuita

#FutureSeNão

Editorial

Defender a educação pública é derrotar o Future-se na UFPel e IFSul

Não bastasse a dramática situação que as universidades e institutos federais já vivem com os cortes orçamentários, a suspensão de bolsas de pesquisas e a intervenção arbitrária do governo federal na nomeação de reitores e reitoras, o Ministério da Educação, comprometido com a iniciativa privada e os lucros da burguesia, encaminha o Projeto Future-se para ampliar os processos de privatização da educação pública. Nesta última semana, o governo anuncia a possibilidade de envio ao Congresso de uma Medida Provisória do Fature-se para acelerar a concretização de sua proposta.

A defesa da função social da educação pública como um direito social garantido à população brasileira está sendo ameaçada com ainda mais força. Conforme a matéria central desta edição do nosso jornal, já são 19 instituições federais de ensino que já se posicionaram contrárias ao Future-se. Na UFPel, embora o Conselho Superior (Consun) tenha definido que a adesão ou não da universidade ao projeto de privatização se dará através de plebiscito, as entidades representativas das categorias: ADUFPel e ASUFPel, junto ao movimento estudantil, estão envidando esforços para que o Consun se posicione contrário ao projeto Future-se já, independente da realização ou não de plebiscito.

Essa posição também tem sido deliberada por diversas unidades da UFPel, através de suas discussões e assembleias da comunidade (com participação de docentes, técnico-administrativos e estudantes) que se debruçaram sobre o tema e avaliam de forma bastante negativa os impactos que tal projeto causará para a universidade pública e gratuita.

Em meio à tantos ataques que o povo trabalhador vem sofrendo por parte do governo federal, é fundamental que toda a comunidade acadêmica se envolva na mobilização em defesa da UFPel e do IFSul e contrárias a todas as políticas de desmonte deste direito constitucional conquistado à duras penas ao longo de décadas de luta.

Conforme já anunciamos desde o início do segundo semestre letivo, temos muita luta pela frente e envidaremos todos os esforços para lograrmos êxito nesta empreitada. Neste mês de setembro, uma paralisação nacional de 48h da educação está sendo encaminhada. Vamos fortalecer essa ação pois é somente a luta que muda a vida.

Mural

AGENDA

12/9	Reunião do Setor das IFES, em Brasília (DF)

EXPEDIENTE

Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel) . DISTRIBUIÇÃO GRATUITA . Gráfica: Diário Popular
Tiragem: 800 exemplares

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Liana Coll (MTB 0017486/RS) Diagramação: Liana Coll Fotografias: Acervo e Assessoria ADUFPel

Presidenta: Celeste dos Santos Pereira **. Primeira Vice-Presidenta:** Angela Moreira Vitória . **Segundo Vice-Presidente:** Francisco Carlos Duarte Vitória . **Secretário Geral:** Miriam Cristiane Alves . **Primeiro Secretário:** José Carlos Marques Volcato. **Segunda Secretária:** Larissa Dall'Agnol . **Primeiro Tesoureiro:** Robinson Santos Pinheiro **. Segundo Tesoureiro:** Avelino da Rosa Oliveira . **Terceiro Tesoureiro:** Giovanni Ernst Frizzo

CONTATOS . Site: adufpel.org.br . **Email:** secretaria@adufpel.org.br . **Facebook:** /adufpel . **Endereço:** Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . **Cep:** 96015-190 . **Telefone:** (53) 3227.2360 **Colaborações e sugestões para o jornal:** imprensa@adufpel.org.br

ATENDIMENTO EXTERNO . Das 8h às 18h sem fechar ao meio dia. **ATENDIMENTO JURÍDICO** . Direito Administrativo: Todas as quintas-feiras, das 9h às 10h/Direito Cível: Todas as quartas-feiras, das 10h30 às 11h30, sem agendamento prévio. Outros dias da semana no escritório Chapper & Cavada, com agendamento prévio pelo telefone (53) 3225.8647

ADUFPel-SSind participa de debates sobre Reforma da Previdência

No mês de agosto, a ADUFPel-SSind participou de debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, da Reforma da Previdência. Os diálogos ocorreram na Cohab Tablada, em Pelotas e na Escola da Família Agrícola da Região Sul (Efasul), em Canguçu. As atividades objetivaram o debate sobre os efeitos da medida aos/às trabalhadores/as.

Efasul

Na Efasul, houve o debate "A Reforma da Previdência: mudanças e impactos na vida dos trabalhadores". O evento contou com as falas de Giovanni Frizzo, diretor da ADUFPel-SSind, e Guilherme André Tessmer, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ocorreu em Canguçu, onde a Efasul está situada.

O diretor da ADUFPel-SSind, na ocasião, contextualizou o modelo de previdência em vigência hoje no Brasil. Fruto de lutas e reivindicações sociais que ocorreram no período de transição democrática, o atual modelo possui um pacto geracional e de solidariedade, o que está em jogo com a PEC 6/2019. As consequências da Reforma da Previdência, como o aumento do desemprego e da pobreza, também foram salientadas por Frizzo.

Cohab

Em parceria com a Associação dos Moradores da Cohab Tablada, a ADUFPel-SSind promoveu uma roda de conversa sobre a Reforma da Previdência. Além de moradoras do bairro, representando a diretoria da Seção Sindical, participaram da discussão Giovanni Frizzo e Robinson Pinheiro, diretores da Seção Sindical, e Luiz Henrique Schuch, membro do Conselho de Representantes. Na ocasião, houve discussão sobre os principais pontos da proposta, como idade e tempo de contribuição, pensão por morte, regras de transição, acúmulo de benefícios, entre outras.

Na avaliação da presidente da Associação, Sônia Macedo, a conversa foi bastante produtiva. "É um assunto polêmico, que está em pauta e que nós ainda não temos certeza de nada. Não temos a clareza o suficiente para avaliar se é bom ou não e a gravidade dos impactos em relação a isso. (...) São importantes essas rodas de conversa para esclarecer dúvidas", afirma.

Esta foi a primeira atividade sobre a Reforma da Previdência realizada na Associação. De acordo com Sônia, a sede da entidade está sempre aberta para esse tipo de evento. "É através da participação da comunidade que a gente consegue ter condições de avaliar melhor as coisas e ter mais conhecimento também, trazendo os professores que estão mais envolvidos diretamente no assunto para poder conversar com as pessoas", salienta.

Governo tira dinheiro da Educação para pagar deputados pela Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência foi aprovada nos dois turnos da Câmara de Deputados. Para agilizar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, no dia 6 de agosto, data do segundo turno, o governo enviou à Casa um projeto para pagamento de R$3 bilhões em emendas. Desse valor, R$926 milhões foram retirados da Educação. Em entrevista à Folha de São Paulo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, diferente do que afirmara em maio, disse que o montante não será descontingenciado e, portanto, é um corte. A liberação do restante, que o governo dizia que poderia ocorrer em setembro, também não foi confirmada.

Tramitação

O texto-base da Reforma da Previdência, que foi aprovado em segundo turno na Câmara dos Deputados no dia 7 de agosto por 370 votos a 124., passou a tramitar no Senado. Ele será igual ao aprovado em primeiro turno no dia 12 de julho, já que todos os destaques que pretendiam modificar a PEC 6/2019 foram rejeitados pelos deputados.

A proposta foi recebida no início da tarde de 8 de agosto pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, entregue pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. No entanto, começou a tramitar de fato na Casa no dia 14, após a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dos requerimentos de audiências pública com especialistas e outras pessoas ligadas ao tema. Os requerimentos foram apresentados pelo relator da reforma no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), e por senadores do PT, PSB, Rede e PSL.

No Senado, a proposta também precisará ser aprovada em dois turnos de votação por 49 votos em cada, no mínimo, depois de ser analisada pela CCJ. O texto ainda poderá ser alterado pelo Senado e, caso apenas uma parte for mudada, será promulgado e volta para análise da Câmara.

Proposta prejudica todos os trabalhadores

A Reforma da Previdência é dos mais graves ataques do governo federal aos trabalhadores e às trabalhadoras. Ela prejudica todos e todas, mas principalmente os mais pobres e que trabalham em condições mais precárias, pois apesar de entrarem mais cedo no mercado, ficam geralmente mais tempo na informalidade, sem contribuir com o INSS. A proposta ainda eleva o tempo mínimo de contribuição, limita o benefício à média de todos os salários, diminui o valor da pensão por morte e restringe ainda mais o pagamento do abono salarial.

Ex-aluna da UFPel vence Prêmio Assembleia Legislativa de Cinema

A ex-aluna do curso de Cinema e Audiovisual da UFPel, Giovanna Muzel, venceu o Prêmio Assembleia Legislativa de Cinema de melhor filme curta-metragem pela animação “Só sei que foi assim”. A premiação ocorreu durante o Festival de Gramado, no dia 18 de agosto. O filme também levou o Melhor Filme pelo Júri da Crítica.

A escolha do curta deu-se "pela sua capacidade de equilibrar rigor e leveza, no apuro técnico, na elaboração artística, na densidade dos personagens e na abordagem temática. E, ainda, porque este filme evidencia a universidade pública e gratuita como espaço de formação fundamental para o cinema e para a sociedade, que precisa ser defendida dos ataques que vem sofrendo”, explicou o júri, na justificativa da decisão.

Curta é baseado nas suas vivências

Segundo a autora, a animação é autoral e pessoal, e foi inspirada nas angústias do período do final da faculdade. Giovanna conta que quando chegou o momento de produção do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), depois de ter passado pela produção de vários filmes, sentiu necessidade de assinar e dirigir uma história própria. As suas principais influências foram as vivências que teve durante os quatro anos do curso e, principalmente, esse período de transição em sua vida, “de término da faculdade, de ver pessoas indo embora, lidando com seus próprios medos do futuro e com as suas expectativas da vida”.

Prêmio servirá de incentivo

Ela ressalta que é muito grata por ter tido a oportunidade de cursar cinema e animação em uma universidade pública, principalmente porque o cinema é um meio ainda muito elitista. “A bagagem que me deu foi muito importante para eu poder construir esse filme do jeito que ele foi construído, e pensar comunicação, pensar em contar histórias e também na responsabilidade que a gente tem como produtora de conteúdo. A faculdade foi muito importante para ter esse tipo de debate”, explica.

A cineasta enfatiza que o prêmio a incentivará a produzir uma nova animação. Ela também destaca que ficou muito agradecida por estar representando a sua faculdade. “Receber esse prêmio foi simbólico e foi um acúmulo de tudo que eu aprendi ao longo dos anos e que deu resultados incríveis”.

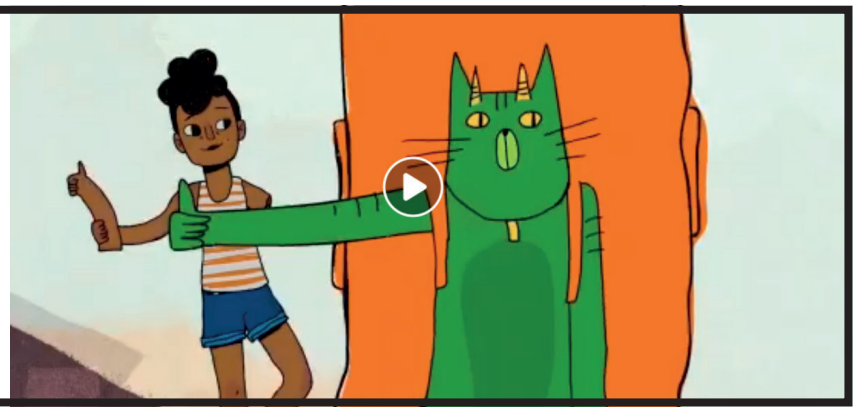
Manifestações em defesa da Ancine ocorrem durante Festival

Antecedendo o início da 47ª edição do Festival de Cinema de Gramado, aconteceu um protesto em frente ao Palácio dos Festivais. Atores, atrizes, produtores/as, cineastas e demais profissionais da área caminharam pelo tapete vermelho manifestando-se em defesa da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A Agência foi alvo de ataques do presidente Jair Bolsonaro recentemente, que falou em extingui-la se um “filtro” não fosse colocado às produções. A manifestação contou com aplausos e vaias por parte da população ao redor. Até mesmo pedras de gelo foram jogadas nos protestantes.

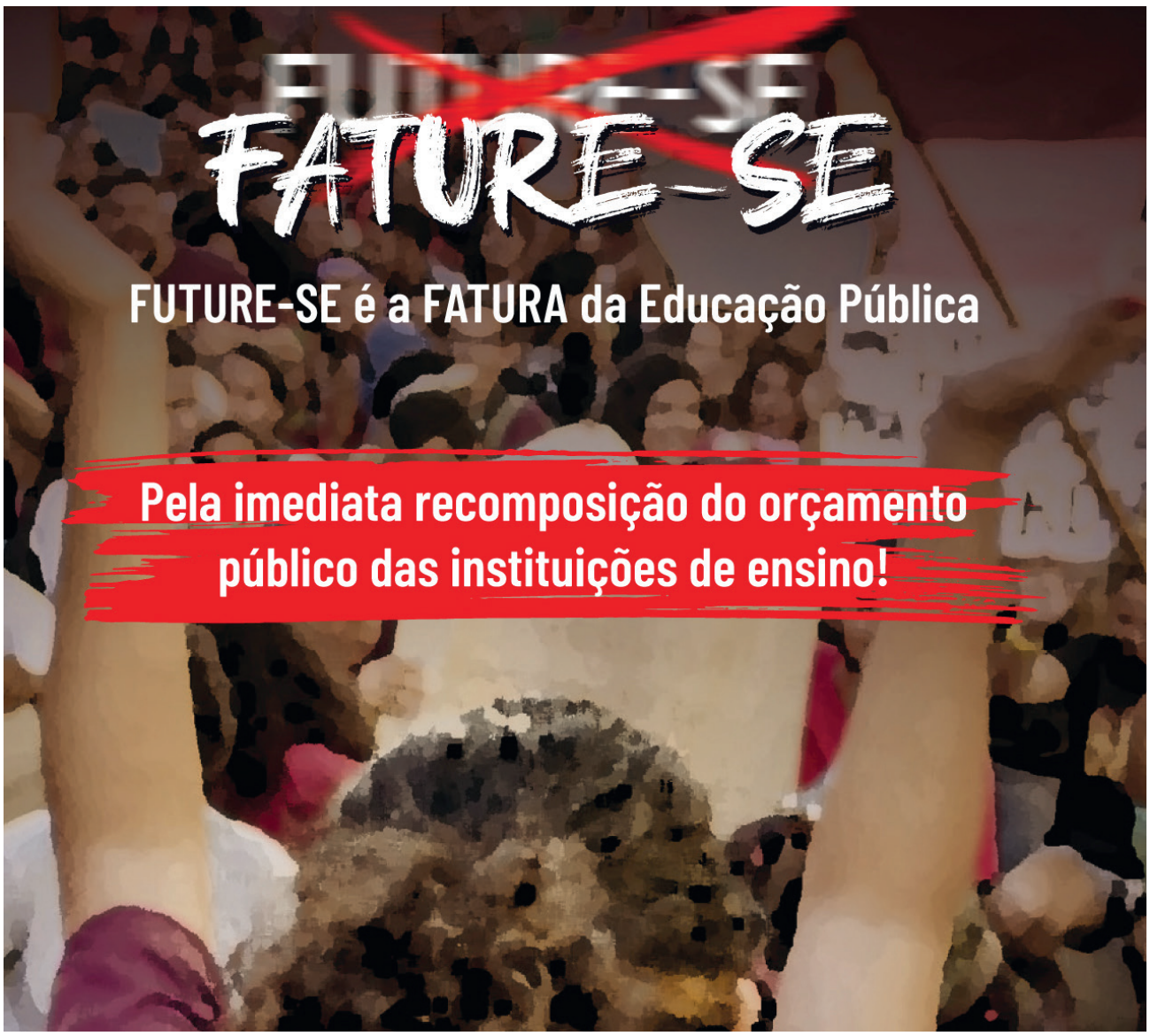
"A Ancine foi criada por medida provisória. Se não quiser entender que mudou o presidente, e o presidente tem autoridade e respeita a família, eu mando uma medida provisória para o Congresso. Se eles vão aprovar a MP, eu não sei. Mas vou fazer a minha parte. Nada contra a cultura, mas mudou”, afirmou. Logo após a ameaça de extinção, Bolsonaro recuou.

"Só sei que foi assim": sinopse

O curta "Só sei que foi assim" é uma animação em 2D que conta a história de Julia, uma jovem adulta que costuma literalmente perder pedaços de si em decorrência da ansiedade e de seu melhor amigo Santiago, um tigre verde que carrega uma grande mochila laranja onde guarda sua coleção de coisas. Quando Santiago encontra um livro falando sobre a selva e como é a vida lá, ele decide que está na hora de finalmente agir como um tigre e decide partir em uma jornada até a selva. Durante essa aventura, eles confrontam suas inseguranças e encontram algumas das forças que possuem.



Governo deixa IFES sem verba e apresenta projeto de privatização como alternativa



Após cortar drasticamente o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o governo federal apresentou o programa "Future-se". O projeto, que pretende retirar o caráter público das universidades, deve ser enviado à Câmara de Deputados após a consulta pública online, cujo prazo terminou no dia 29 de agosto. Mais de 40 IFES já se manifestaram criticamente ao programa e 19 afirmaram que não irão aderir (confira no box). Na UFPel, a reitoria propõe que seja realizado plebiscito para decidir a adesão na Universidade. O "Future-se", conforme análise do advogado Leandro Madureira, da Assessoria Jurídica do ANDES-SN, é um projeto repleto de inconsistências, que implica na vulnerabilização da educação gratuita, da autonomia didático-pedagógica, administrativa e financeira. Não resolve, de nenhuma maneira, a situação crítica da escassez de recursos da IFES.

Orçamento zerado

A UFPel retornou às atividades do segundo semestre no dia 12 de agosto com orçamento suficiente apenas para as contas do mês. A situação é grave e, conforme afirma a Reitoria, o funcionamento da instituição só será garantido se houver nova liberação de recursos. A verba de custeio, que é utilizada para despesas do dia a dia (energia elétrica, aluguéis, serviços terceirizados e assistência estudantil), esgotou-se. O valor liberado ao longo do ano, até o momento, pelo Ministério da Educação (MEC), de R$ 39 milhões, já foi utilizado.

O IFSul, em nota veiculada pelo Colégio de Dirigentes, também divulgou que só possui orçamento para cumprir as despesas até o fim de agosto. "Do limite orçamentário atual disponível, que está em 58%, restam apenas 5% a serem recebidos, se o bloqueio permanecer".

Future-se e a privatização das IFES

Sob o pretenso motivo da autonomia financeira, o "Future-se" pretende fomentar a captação de recursos via fundos privados. Na análise de Madureira, isso implicaria em um modelo semelhante ao dos Fundos de Pensão, com um modelo tripartite em que "os recursos que deveriam ser destinados para o beneficiamento do principal interessado seja gerido por um terceiro, responsável pela sua concentração". Ainda em relação às OS, a análise salienta que elas possuem rigor diminuído na relação com os recursos e exigências da Administração Pública. Ou seja, possuem regras mais frouxas em relação à fiscalização.

O modelo de fundos privados também significa que as receitas orçamentárias estariam sujeitas às oscilações do mercado. "Ora, que autonomia (didático-científica, administrativa e de gestão) será garantida às IFES se as receitas do Fundo da Autonomia Financeira são oriundas da sua comercialização e atuação junto ao mercado?", questiona o advogado. Em vez da obrigação do governo federal com o repasse dos recursos, que se torna incerta, haveria a aplicação de programas de gestão de risco corporativo, códigos de autorregulação mercado, destinação de patrimônio aos fundos de investimento imobiliários. Por isso, diz a análise, "o FUTURE-SE pretende fazer das IFES verdadeiras unidades empresariais", sendo a real intenção do programa "privatizar as universidades, institutos e espaços públicos".

Debates

Para debater o "Future-se", a ADUFPel-SSind promoveu, no dia 16 de agosto, uma roda de conversa. Na ocasião, foram abordados os impactos do programa, que incluem colocar a universidade a serviço do mercado, alterar o papel social das instituições federais de ensino superior, possibilitar convênios privados nos Hospitais Universitários (HUs), entre outros.

A ADUFPel-Ssind também participou de debate, a convite do Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica de Pelotas (DCE-UCPel), sobre o projeto. Além disso, diversas assembleias da comunidade acadêmica vêm ocorrendo nas unidades da UFPel.

Mobilização

Para barrar o Future-se, docentes de todo o país deliberaram pela construção da paralisação nacional da educação. A mobilização também tem como objetivo protestar contra os cortes orçamentários e contra as intervenções do governo na indicação de reitores. A decisão ocorreu durante a reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do ANDES-SN. Até o dia 10 de setembro, ocorrerão rodadas de assembleias para discussão e deliberação sobre uma greve nacional da educação de 48h. Acompanhe em nossos meios de divulgação informações sobre a Assembleia dos docentes da UFPel e IFSul/CAVG.

IFES QUE JÁ REJEITARAM O FUTURE-SE

1. Universidade Federal do Amazonas (Ufam)
2. Universidade Federal de Roraima (UFRR)
3. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
4. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
5. Universidade Federal do Amapá (Unifap)
6. Universidade Federal do Rio Grande (Furg)
7. Universidade Federal do Ceará (UFC)
8. Universidade Federal Fluminense (UFF)
9. Universidade Federal do Cariri (UFCA)
10. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
11. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
12. Universidade Federal do Paraná (UFPR)
13. Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp)
14. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
15. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
16. Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
17. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
18. Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
19. Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

1ª Semana da Visibilidade Lésbica Antirracista e Anticapitalista de Pelotas reforça a luta contra a lesbofobia

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica é em 29 de agosto. A data, criada por ativistas brasileiras em 1996 durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), é um marco para a história dos avanços de direitos LGBTs + e representa a importância do combate à lesbofobia no país. Para dar visibilidade à luta, em Pelotas aconteceu a 1º Semana da Visibilidade Lésbica Antirracista e Anticapitalista, entre os dias 24 e 29 de agosto.

No sábado (24), a "Sapatada Cultural" abriu a Semana - um evento de rua, com apresentações artísticas de mulheres lésbicas, banquinhas feministas e música para celebrar o orgulho lésbico. Durante a semana, também foi realizada uma Roda de Conversa sobre Visibilidades Lésbicas, promovida pelo Núcleo de estudos e pesquisas É'LÉÉKO, do curso de Psicologia da UFPel; aconteceu uma oficina sobre Saúde Integral da mulher lésbica, direcionada às equipes de saúde das unidades básicas e às usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), e uma mesa de debate sobre a conjuntura e a organização política do movimento lésbico na atualidade, intitulada "Lésbica tem classe". O evento foi encerrado no dia 29 com uma marcha, que percorreu o centro da cidade a partir do largo do Mercado Central, e um debate no "Buteco da Filosofia" sobre a inserção e visibilidade de mulheres lésbicas na cultura, na política, no mercado de trabalho, no esporte e na literatura.

Mês da Visibilidade Lésbica

Agosto é chamado de "Mês da Visibilidade Lésbica", já que duas datas marcam o movimento lésbico no Brasil. Além do dia 29, o dia 19 de agosto foi nomeado como Dia Nacional do Orgulho Lésbico. Neste dia, conhecido como "Stonewall brasileiro", em referência à revolta que deu origem ao dia do orgulho LGBT, lésbicas integrantes do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) protagonizaram uma revolta contra o preconceito vivido no Ferro's Bar no centro de São Paulo, na década de 1980.

Importância da luta

Na atual conjuntura, de diversos ataques às minorias promovidos por um governo de extrema-direita, misógino, racista, que não respeita os direitos LGBTs + e afirma que "as minorias têm que se curvar para as maiorias", é fundamental o fortalecimento do movimento e o preenchimento de todos os espaços de organização política, acadêmicos e de resistência.

Para Luiza Affonso, uma das organizadoras das atividades em Pelotas, esses espaços são urgentes para garantir a sobrevivência e para mostrar a força das mulheres lésbicas, que foram "sistematicamente apagadas, enquanto mulheres e enquanto mulheres lésbicas de todos os espaços. Apagadas não só simbolicamente, mas literalmente, pelo lesbocídio que nos mata". Ela avalia, ainda, que as políticas do governo de Jair Bolsonaro (PSL) são políticas de morte, de violação e negação da existência dos todos/as LGTBTs em todos os ascpectos e setores. "Quando não é de morte, é de deixar morrer, com o sucateamento dos serviços públicos, a destruição dos direitos sociais, o desemprego e o aumento do custo de vida".

Nesse sentido, a inserção de temas como a lesbofobia nos espaços de construção da luta e também em espaços acadêmicos são, além de importantes, uma "dívida histórica que muitos movimentos têm com as mulheres lésbicas, como o próprio movimento feminista e o movimento LGBT", aponta Affonso, que também destaca que o fato da letra "L" ser a primeira da sigla LGBT, foi uma resposta a esse apagamento.

Segundo a diretora da ADUFPel, Larissa Dall'Agnol, esse tema precisa ser debatido em todos os espaços "porque ele envolve nossos corpos, as nossas mentes, os nossos desejos, os nossos amores, os nossos afetos e fundamentalmente a nossa liberdade e a nossa visibilidade perante a sociedade. Então, essa luta adentra no tema no sentido de desconstruir o preconceito e considerar os espaços sindicais que muitas vezes blindam essas lógicas discriminatórias e violentas".

Cresce violência contra lésbicas no Brasil

A militante também ressalta que, de 2014 à 2017, 126 mulheres foram mortas no Brasil por serem lésbicas. Número subnotificado, cujo acesso só se deu após a publicação do primeiro Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, divulgado pelo Núcleo de Inclusão Social da UFRJ em 2018. Até então, não havia levantamento. Além disso, registros de 2014 a 2017 indicam que aconteceram 33 suicídios, em sua maioria envolvendo lésbicas na faixa de idade entre 20 e 24 anos, vindo em seguida a faixa de até 19 anos. Juntas, as duas faixas etárias concentram 69% dos casos de suicídios de lésbicas no Brasil.

Quem organizou a Semana?

A Semana foi organizada por mulheres independentes, estudantes e trabalhadoras, coletivos feministas e de esquerda, como o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, o coletivo Las Vulvas, o coletivo Alicerce e a União da Juventude Comunista. Também, somaram-se à organização do evento o Diretório Central de Estudantes (DCE) da UCPel, o Núcleo de Gênero e Diversidade da UFPel e a ADUFPel-SSind.

Projeto na UFPel melhora a qualidade de vida de mulheres que tiveram câncer de mama

Em 2015, aos 32 anos, a professora da Escola de Educação Física (ESEF) da UFPel, Stephanie Santana Pinto, foi diagnosticada com câncer de mama. A partir desse momento, além de encarar as etapas do tratamento, a docente começou a pensar de que forma as atividades físicas poderiam ajudar mulheres que passavam pela mesma situação. Em 2017, como resultado das pesquisas e da experiência pessoal de Stephanie, surgiu o projeto de extensão Exercise Research in Cancer (ERICA), que propicia treinamento físico a mulheres que já finalizaram o tratamento primário para o câncer de mama.

No Brasil, o câncer de mama é o que mais afeta mulheres, além de ser um dos três tipos de cânceres com maior incidência no mundo, segundo a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC). Na região Sul do país, os índices são ainda maiores, e o Rio Grande do Sul é o estado em que mais mulheres são diagnosticadas. A jornada de tratamento contra o câncer, geralmente, é longa e difícil. Devido aos efeitos colaterais, é comum também que os ciclos de quimioterapia ou radioterapia tenham que ser adiados. Os exercícios, conforme aponta Stephanie, foram fundamental que para isso não ocorresse em seu caso.

As atividades físicas, além de auxiliarem no combate aos efeitos colaterais, como a fadiga e os danos ao sistema imunológico, também estão relacionados à prevenção do câncer. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), exercitar-se é um dos componentes que podem reduzir em até 28% a estimativa de câncer de mama.

Percurso do projeto

A ideia do projeto partiu da pesquisa de uma orientanda de mestrado da professora, Elisa Portella, que analisou o impacto de atividades físicas nas mulheres sobreviventes do câncer. Com o protocolo de exercícios da pesquisa chegando ao fim, em 2016, Stephanie conta que era um incômodo pensar que essas mulheres não teriam mais oportunidade de praticar as atividades. Com a motivação de oportunizar a continuidade dos treinos, o projeto de extensão foi criado. Para ela, criar o ERICA faz parte de um compromisso social, que dá um sentido humano à pesquisa. “Tem coisas que a pesquisa quantitativa não capta. É um significado muito maior a inserção delas no projeto”, avalia a docente, que é sindicalizada da ADUFPel-SSind.

Hoje são 11 mulheres no projeto. Elas realizam exercícios combinados duas vezes por semana e já sentem uma melhora na qualidade de vida. As atividades combinadas, segundo Stephanie, unem o componente de força, para melhorar o sistema músculo esquelético, e o componente aeróbico, para melhorar a capacidade cardiorespiratória. “Esses dois componentes são muito afetados durante o tratamento”, explica.

As melhorias na qualidade de vida e os elogios ao projeto são assinalados por Tomásia Pereira da Rosa (foto), 63 anos, que participa desde o início do ERICA. “Antes de começar os exercícios aqui, até para levantar do sofá precisava pedir ajuda. Aí fazendo os exercícios melhora a circulação, a parte motora, a parte respiratória. Influencia em tudo”. Para ela, participar do projeto também propicia uma inserção social, na medida em que podem partilhar experiências durante as práticas e se sentem valorizadas.

A aluna de graduação em Educação Física, Esther Meireles, é uma das bolsistas que orienta as atividades físicas. “É gratificante ver os resultados, as mudanças que a gente traz na vida delas, principalmente trazendo maior qualidade de vida”, pontua.

Resultados

Tanto a pesquisa de mestrado de Elisa como o projeto de extensão já atingem resultados significativos sobre a prática de atividades físicas e o câncer de mama. Na questão da capacidade cardiorrespiratória, houve um aumento de 17% em oito semanas dos exercícios combinados. “Esse resultado é importante pelo fato de que a capacidade cardiorrespiratória é aproximadamente 30% mais baixa em mulheres sobreviventes do câncer de mama quando comparadas a mulheres de mesma idade, sedentárias e sem câncer”, explica Stephanie.

Já em relação à força muscular, constatou-se um aumento, nos membros inferiores, de 27%. Dado que é ainda mais relevante devido ao fato de que a força muscular nos membros inferiores é 25% mais baixa após o tratamento do câncer, quando comparado com a de mulheres saudáveis. Em relação à percepção de fadiga, houve uma redução de 49%. Já a percepção da qualidade de vida aumentou em 8%.

O projeto atualmente está aberto para recrutamento. Podem participar mulheres diagnosticadas com câncer de mama (estágios I-III) que já tenham finalizado o tratamento primário há no mínimo a seis meses e no máximo cinco anos. O contato com a equipe pode ser feito através do telefone (54) 98437-8522.

ERICA

O nome do projeto tem um significado importante para a professora. Stephanie conta que ele é uma forma de homenagear uma amiga, Erica Ferguson Kirst, que batalhou contra a doença. “Tenho uma relação especial com a Erica, eu antes de fazer a quimio fui visitar a Erica, ela conversou muito comigo. Ela era uma mulher muito forte, era impressionante”, conta Stephanie.

O projeto ERICA, atualmente, tem na coordenação as professoras Stephanie Santana Pinto e Cristine Lima Alberton. A aluna de mestrado Chaiane Calonego e as bolsistas responsáveis pela orientação das atividades físicas, Esther Gonçalves Meireles e Marindia Lacerda Fonseca, completam a equipe.

Trabalhadores e estudantes unem-se em defesa da educação e da Previdência

No dia 13 de agosto, docentes, técnico-administrativos e estudantes paralisaram as atividades em protesto contra os ataques do governo federal à Previdência e à educação, que incluem os cortes orçamentários e o projeto Future-se. Atos ocorreram em todas as capitais do país e em diversos municípios. A Greve Nacional da Educação foi construída por entidades sindicais e movimentos estudantis.

Em Pelotas, o frio não impediu que a população ocupasse o largo do Mercado Central em um grande ato público, e, logo após, caminhasse pelo centro da cidade. A paralisação das categorias da UFPel na data foi deliberada em Assembleia Geral, convocada pela ADUFPel-SSind, pelo ASUFPel-Sindicato e pelo Diretório Central de Estudantes (DCE), realizada no dia 18 de julho no auditório do campus II.

Em Brasília (DF), mais de dez mil pessoas participaram do ato que teve início pela manhã. A manifestação contou com o reforço da 1º Marcha das Mulheres Indígenas, organizada com o objetivo de dar visibilidade e reconhecimento à luta das mulheres indígenas e contra as mudanças na política da saúde indígena.

"A comunidade pelotense denunciou mais uma vez seu descontentamento com as políticas de desmonte do serviço público. Com o protagonismo dos estudantes, e o apoio de várias organizações sindicais e sociais, reiterou sua disposição para a luta. A ADUFPel não estaria de fora, e reafirmamos nosso compromisso com a educação pública e com a defesa dos trabalhadores, numa luta constante pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna", ressalta a presidente da ADUFPel-SSind, Celeste Pereira.

Fortalecimento da luta

A Greve Nacional da Educação buscou fortalecer a luta contra as sucessivas medidas adotadas pelo governo federal que colocam em risco as Instituições Feerais de Ensino Superior (IFES). Em menos de um ano de governo, os mais recentes ataques do governo, como o projeto Future-se - que pretende destruir a autonomia e busca a privatização das IFES - e o novo corte anunciado para o Ministério da Educação, no valor de R$ 348,4 milhões, tem agravado ainda mais a situação da educação no país, que sofre sucessivas reduções orçamentárias há anos.